

O NATALENSE.

JORNAL POLITICO, MORAL, LITTERARIO, E COMMERCIAL.

Admonere volumus, non mordere: prodere, non laedere; consulere moribus hominum, non offencere.

ERASM.

Quizemos admoestar, não affligir, aproveitar, não offender; vigiar os costumes dos homens, não prejudica-los.

Subscree-se na Typ., no Assô em casa do Socio e Accionista Luiz da Fonseca Silva, em Coianinha em casa de Luiz José Gomes Morião; a 6\$000 réis por anno, 3\$250 por semestra 2\$13 por quartel, e vendem-se Numeros avulsos a 80 rs. na Loja de Lucas Alvares, na rua da Conceição

RIO GRANDE DO NORTE NA TYP. NATALENSE.



MEMORIA.

QUE AOS AUGUSTOS, E DIGNISSIMOS SENHORES REPRESENTANTES DA NAÇÃO

OFFERECEM

Os Habitantes da Provincia do Rio Grande do Norte.

A Vós Senhores, que velaes no bem estar de vossos Conciudadãos; á Vós, de quem dependem os destinos do Imperio Brasileiro; hu'a fracção d'esse mesmo Imperio, os habitantes da Provincia do Rio Grande do Norte, se dirigem, reclamando seus direitos, e a justiça de que se julgão credores. E com quanto os Rio-Grandenses se considerem bem representados com a acertada escolha que fizerão na Pessoa do seu mui Digno Deputado, todavia seus esforços serão baldados si o não recordades com a Vossa coadjunção neste objecto do qual depende a vida moral da Provincia que Vos invoca.

AUGUSTOS, E DIGNISSIMOS SENHORES REPRESENTANTES DA NAÇÃO.

Esta Provincia, sinão a mais rica, pelo menos que pode rivalizar com as mais abastadas do Brazil, por ter dentro em si mesmo os recursos q' lhe prodigaliza a Natureza; esta Provincia que para a Divida Publica tem con tribuido, quiza com mor contingente (1)

do que nem huma outra do Imperio; achase continuamente atrozada, enfraquecida; e colocada apar das mais indigentes do Imperio não pode jamais levantar a cabeça no Magestoso circulo de suas Companheiras; vendo-se reduzida a mendigar fora, o que de seu seio exporta, e por direito lhe pertence: e pesto que suas Despezas sejam sem pre orçadas com huma economia que ja degenera em miseria, jamais sua Receita pode cobrir as precisões, ainda as mais indispensaveis. Os Edifícios Publicos deteriorados; as Igrejas, pela força do tempo, arruinadas; a Fortaleza da Barra, unica fortificação, que na Provincia existe, desfazendo-se em ruinas; a Presidencia, a Alfandega, o Correio e o Consellhe Geral obrigados a servirem-se de casaz d'aluguel; a Ponte Publica debaratada, as Pontes abatidas, as Estradas impraticaveis; enfim a Tripa vergonhosamente despida; e huma Flotta Passiva militar no maior atroz, e sem obter-se meios de se fazer calar hu'a infinidade de credores pela mor parte, ex-soldados indigentes, cuja juventude foi toda consumida no serviço da Patria! eis o estado prezente da Provincia, q' vos fala! E d'onde provem tanta nudéz, e miseria? Os Dizimos das produções agriculas pagas nas Provincias Limitrofes; eis a

(1) Desde 1820 até hoje tem-se exportado 54:481 quintaes de Pau Brasil da Provincia do Rio Grande do Norte,

cauza dos males que nos peção, e do vazio em que continuamente se acha o Cofre da Provincia.

Nem se diga que todos os obstaculos se removem, estabelecida hu'a arrecadação exacta nas Provincias vizinhas, e fazendo, sobre os conductores, encarregados da fiscalisação dos generos exportados, cahir o pezo da responsabilidade, no caso de má fé, ou negligencia. Mera theoria, em cuja pratica apparecem aveços resultados.

Notai bem Senhores de hu' lado a indifferença dos Agricultores em não procurarem as Guias na oceaissão que transportão da Provincia os generos de producção; a inexactidão dos Juizes de Paz em não assignarem as mesmas Guias, compelindo os conductores d'ellas se proverem; a ociosidade de convidar-se os Agricultores á transportarem suas mercadorias á Capital, onde não achão, nem meios de as despachar para fora do Imperio, e nem mercado que os interesse; do outro lado a inexacta arrecadação nos lugares onde os generos se despachão, proveniente, ja dos conductores, e ja dos arrecadadores; as contas dadas segundo o capricho dos funcionarios; o nem hu' interesse, ou mesmo a má vontade de se fazerem as remessas, dos dinheiros arrecadados, d'aquellas para esta Provincia; finalmente o grande risco em se expor a Fazenda Publica ou á furia dos ventos, e das ondas, ou aos insultos dos saqueadores; (2) tudo conduz á imperfeições, impossibilidades, e mor prejuizo da Provincia. só hu' novo systema d'arrecadação, isto he, só huma Lei peculiar poderá por termo á tantos males.

Foi debaixo destas vistas, que o Conselho Presidencial, sollicito em promover a prosperidade desta Provincia, em sua Sessão Ordinaria de 14 de Maio de 1854 Organizou os oito Artigos abaixo transcriptos; os quaes os Rio grandenses do Norte Offerecem á vossa Sabedoria. Recebei-os pois Augustos, e Dig

(2) Dos trez Portos onde s'arrecadão os direitos d'exportação dos generos desta Provincia; isto he de Pernambuco, Parahiba, e Aracaty, só na primeira toção os Paquetes, e neste ultimo até he perigosa a entrada d'Embarcações.

nissimos Senhores Representantes da Nação e ponde o ultimo remate no Edificio Moral da Felicidade desta Provincia, cujos habitantes Vos saudão, implorando a vossa filantropia.

*Copia da Acta da Sessão do
Conselho Presidencial da
Provincia do Rio Grande
do Norte de 14
de Maio de 1854.*

ACHANDO-se presentes os Senrs. Conselheiros, com o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Provincia o aberta a Sessão lida e aprovada a Acta da antecedente. -- Entrando em discussao o Parecer da Commissão sobre o melhor methodo de arrecadação do Dizimo do Algodão, Assucar, e outros Generos da producção desta Provincia, transportados para as limítrofes, que ficara addido da Sessão de 10 do corrente: resolveu o Conselho

Art. 1.º O Dizimo dos Generos de Agricultura, de qualquer denominação que seja, será arrecadado por Collectores nomeados ad hoc pela Thesouraria da fazenda, nos lugares que julgar conveniente, os quaes perceberão quinze por cento, sendo dez para si, e cinco para os seus Escrivães.

Art. 2.º O Dizimo do Algodão em pluma será cobrado na mesma especie, e pelo mesmo preço, por que for vendido nas Provincias limítrofes, á vista do bilhete de venda que o dono apresentar ao Collector, rubricado pelo Administrador da Meza de Diversas coisas da Provincia em que for vendido.

Art. 3.º Ninguém poderá conduzir Algodão em pluma para fora da Provincia, sem que leve guia do respectivo Collector, na qual declare o numero de Saccas, a marca, o nome, e a moradia do dono, para com elle se verificar nas Estações publicas, á que Provincia pertence: além disto o Collector extorá fiança idonea á quantia do Dizimo.

Art. 4.º Para evitar qualquer fraude, o Collector exigirá estritamente dos donos de Prempas dos seus respectivos Districtos, o numero de Saccas que n'ellas se emprensarem, e os nomes das pessoas a quem pertencerem para serem estas executadas perante os Juizes

de Paz respectivos, no caso de má fé; e a mesma pena ligará o dono da Preça, quando proceder fraudulentamente.

Art. 5.º O Dizimo do Algodão, q' for vendido para fora da Prov. será pago em dinheiro por o vendedor, segundo o preço da venda.

Art. 6.º O Dizimo de canas de Assucar, será cobrado em dinheiro, conforme a especie em que for vendido, ou convertido aquelle genero; fazendo o Collector a razoavel cobrança com o Agricultor: sobre o existente farão de commun accordo a devida avaliação; em caso de duvida, meterão dois Louvados. Não he todavia incluída neste Artigo a Aguardente, cujo Imposto será cobrado na forma da Lei, e nem o Assucar exportado; com o qual se praticará na forma dos Artigos 2.º e 3.º, com as alterações convenientes.

Art. 7.º O Dizimo de Mandioca, Feijão, Milho, Arroz, Tabaco em corda, e carrapato será cobrado em dinheiro, pelos respectivos Collectores, no tempo das colheitas fazendo conveniente convenção com o Agricultor, que terá sempre a preferencia, e marcando-lhe tempo certo, em que deya correr com os pagamentos; caso haja discordancia, meter-se haõ Louvados. Porém si o Agricultor for indigente o Collector vendêa a outrem a parte pertencente ao Dizimo, quando não preste fiança; de maneira que á Fazenda não sofra prejuizo.

Art. 8.º He finalmente prohibido aos Collectores venderem ramos nos seus Districtos.

Estavaõ assignados o Ex.º Sr. Presidente Torreão, e Conselheiros Castro, Rocha, Carrilho, Garcia, Nunes.

~~~~~(++++++)~~~~~

No dia 17 do corrente mez enserrou o Ex.º Conselho do Governo desta Provincia as suas Sessões Ordinarias; e muito conveniente nos pareceo não deixar no esquecimento o justo louvor que merecem os seus Illustrados Membros pelo muito que trabalharão no bem geral desta mesma Provincia. Graças sejam dadas a imparcialidade dos votantes q' fizeram huma tao acertada escolha, recipro-

cos parabens, não menos, seão dados a nossa sorte pelo feliz despacho com que nos mi-mozou a Regencia Imperial, dando-nos hu' Presidente que tanto se tem desvellado pelo augmento de nossa cara Patria. Deos queira q' os esforços de tao Dignos Conselheiros não se tornem inuteis, e que vejamos confirmados, por Ambos os Podéres, algumas de seus trabalhos que ainda estão dependentes da Sanção Suprema.

—S:+++:S:—

# EXPEDIENTE DA SECRETARIA. DO EXC.º SENHOR PRESIDENTE.

ILL.º Sr. Acabo de receber o Officio que V. S. me dirigio com data de hontem, no qual me participa, que, em virtude da Carta Imperial de 6 de Fevereiro ultimo, fora V. S. impossado do Lugar de Juiz de Direito do Cível desta Comarca do Natal; e inteirado do seu contendo, nada mais me cumpre do que dar os parabens aos habitantes desta Provincia pela vantagem de terem entre si hum tao digno Magistrado.

Saudo a V. S. a quem Deos Guarde muitos annos.

Caza do Governo na Cidade do Natal, em 16 de Maio de 1854.—Bazilio Quaresma Torreão.—Ill.º Sr. Doutor Joaquim Ayres de Almeida Freitas, Juiz de Direito do Cível da Comarca do Natal.

Idem. Ill.º Sr. Tendo o Excm. Conselho Presidencial marcado para o Concurso da Cadeira da Lingua Franceza do Atheneu desta Cidade o dia 12 do corrente; e não havendo Professores d'aquelle idioma para examinarem os Candidatos; convido a V. S. a que se digne achar-se a supra fixado dia, na Sala do Governo pelas 10 horas da manhã, afim de servir d'examinador aos oppositores a referida Cadeira com o que muito bom serviço fará ao Publico, e á este Governo que sauda a V. S.

Deos Guarde a V. S. muitos annos. Caza do Governo na Cidade do Natal 16 de Maio de 1854.—Bazilio Quaresma Torreão —Illm. Senr. Dr. Joaquim Ayres de Al-

Freitas, Juiz de Dir. do Cível, da Comarca do Natal, expedio-se de igual teor ao Illm e Revdm. Sr. M. J. Fernandes Pro-Parocho da Matriz da Villa do Principe.

Não tendo sido possível conseguir-se, a despeito das continuas diligencias do Governo desta Provincia, o conhecimento exacto da População comprehendida dentro dos limites do seu territorio, afim de se poder formar o censo, e estatística, que são indispensaveis, não só para o bom regimen interno, como para estabelecimento das novas Instituições, que o Bem publico tem reclamado; e convindo muito, por todos estes principios, e para satisfazer-se as Ordens do Governo Supremo, que se conheça, não somente o numero, mas tambem as diferentes qualidades que distinguem os habitantes desta Provincia: cumpre que V. S. por si, e pelos seus Inspectores de Quarteirão me remetta com a maior brevidade que lhe for possível hum Mappa circumstanciado, segundo os Modellos que vão junto, de todos os habitantes do seu Districto. E por que pode acontecer, que algumas pessoas, persuadidas pela sua ignorancia, de que esta medida tende a algum fim que as incomode, deixem de declarar, não só os nomes de todas as pessoas de sua familia, mas tambem, a idade e outras circunstancias, que essencialmente devem ser declaradas: convém muito, em tal caso, que V. S. lhes faça sentir que esta medida só tem por fim obter-se o conhecimento exacto do numero, idades, sexos, estados, condições, e qualidades dos individuos que formão a População desta Provincia, e por consequente de todo o Imperio, para que o Governo, possa melhor saber se dirigir a administração publica. Muito recomendo a V. S. o prompto, e exacto cumprimento desta Ordem, por cuja falta ficara V. S. responsavel; e espero do seu patriotismo, e zello, que me poupará á repetição della.

Deos Guarde a V. S. Casa do Governo na Cidade do Natal em 25 de Maio de 1854.

---Bazilio Quaresma Torreão.---Illm. Sr. Juiz de Paz do Districto da Capital.---

Na mesma data se expedirão iguaes a todos os Juizes de Paz dos Districtos da Provincia.

Exigindo o Bem Publico que V. S. parta para o interior da Provincia o communico a V. S. afim de se por já em marcha até fazer alto na Villa do Acary, onde deve esperar as ordens do Governo.

Deos Guarde a V. S. muitos annos. Casa do Governo na Cidade do Natal 2 de Maio de 1854. ---Bazilio Quaresma Torreão.---Illm. Sr. tenente coronel de Estado Maior do Exercito do Brazil, Marcos Antonio de Mello.

Officio. A Camara Municipal desta Cidade advertindo-a de que a Resolução do Exm. Conselho do Governo que se lhe communica com he relativa a abertura da estrada velha que vai desta Capital para a Villa de S. Jozé; e não sobre a construcção da Ponte do Pitimbu.

Idem. Ao Professor de primeiras Letras da Villa de S. Jozé, ordenando-lhe que a bem do Serviço Publico se ache nesta Capital no dia 12 do corrente mez.

Idem. Ao Capitão Commandante da Companhia de Guardas Nacionais de Maracajahu lembrando-lhe que deve prestar o auxilio que pelos Juizes de Paz, ou outro qualquer Auctoridade Policial lhe for requisitado.

Idem. Ao Juiz de Direito interino da Villa de Portalegre, ordenando-lhe que de comum acordo com as de mais Auctoridades daquelle termo, obre de maneira a obstar qualquer inconveniente que por ventura possa causar aos habitantes daquelle Municipio, a fuga do Criminozo João Francisco de Sampaio.

#### ERRATAS.

Em o nosso numero 19 pag. 1. e col. esquerda l. 6 em lugar de - precedentemente - prudentemente -; col. direita l. 20 em lugar de - os processo - leia-se os processos -; pag. 74 col. esq. l. 25 em lugar de - ou leia-se outra - l. 41 em lugar de - os termos - o temos